

*Sindicalismo comerciário:
retarguarda e conservadorismo
político*



SINDICALISMO COMERCÍARIO: RETAGUARDA E CONSERVADORISMO POLÍTICO

RESUMO

Este artigo analisa o comportamento sindical dos comerciários no Brasil. Face ao raríssimo número de greves deste segmento social, busca-se investigar a natureza política do sindicalismo comerciário, inserindo-o no sindicalismo de classe média. O contraste com o sindicalismo bancário demonstra a heterogeneidade de comportamentos que a classe média pode assumir. Os comerciários de São Paulo têm tradicionalmente uma prática conservadora, anti-grevista, apartidária e de filiação às centrais sindicais de direita. A situação de trabalho dominante no comércio explica, segundo nossa hipótese, este comportamento. Isolados no local de trabalho, sob controle direto dos proprietários e iludidos pelo fetiche do trabalho autônomo, os comerciários não criam laços objetivos de solidariedade.

PALAVRAS-CHAVE

Sindicalismo comerciário; Classe média; Situação de Trabalho; Trabalhadores no comércio

Patrícia Vieira Trópia¹

SINDICALISMO COMERCÍARIO:
RETAGUARDA E
CONSERVADORISMO POLÍTICO²

O sindicalismo de classe média constitui um tema novo na sociologia, relativamente ao sindicalismo operário. Tal novidade diz respeito não só à contemporaneidade dos movimentos de classe média, mas sobretudo ao fato dos sociólogos e pesquisadores optarem pela temática operária, por privilegiarem-na ou por incorporarem os assalariados não-manuais ao operariado.

Os trabalhos sobre comerciários são praticamente inexistentes. Se os estudos acerca do sindicalismo de classe média são escassos, quando comparados aos da classe operária, sobre os comerciários quase nada foi trabalhado. Encontramos na bibliografia especializada pouquíssimas referências ao sindicalismo comerciário, ou mesmo aos estudos sociológicos sobre o trabalho no comércio. Neste quadro, destacamos três trabalhos que analisam os comerciários. O primeiro deles, e o mais importante, é o trabalho de Saes sobre as posições políticas assumidas por algumas frações das camadas médias urbanas, nas diversas conjunturas de crise no período 1930-1964.³ O outro estudo, mais recente e de autoria de Medeiros,⁴ coloca uma questão distinta, qual seja, a predominância da mão-de-obra

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela Unicamp. tropia@uol.com.br

² Este artigo é parte de minha dissertação de mestrado intitulada *Classe média, situação de trabalho e comportamento sindical: o caso dos comerciários de São Paulo*, orientada pelo Prof. Dr. Armando Boito Junior, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1994. Agradeço a leitura atenta e criteriosa de Angela Maria Carneiro Araújo.

³ SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

⁴ MEDEIROS, Maria Celeste Miranda de. A mulher comerciária: um estudo sobre a força de trabalho feminino no comércio de Belém. In: BRUSCHINI, Cristina. (Org.). *Rebeldia e submissão*. São Paulo: Vértice, 1989.

feminina no comércio, suas implicações políticas e sociais, a partir de um estudo realizado na cidade de Belém. A última referência é a pesquisa de Gryner sobre os trabalhadores de serviços na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro.⁵

Se comparado ao movimento operário, o sindicalismo de classe média é um fenômeno tardio e recente, tanto no Brasil quanto na Europa e Estados Unidos. De um modo geral, os assalariados médios mostraram-se bastante refratários à participação sindical até as primeiras décadas do século XX. Nos Estados Unidos, pelo menos até a primeira metade deste século, a porcentagem de sindicalizados de classe média sempre fora menor do que a existente entre o operariado, a despeito do crescente incremento de sindicalizados entre os colarinhos brancos. Mills sugere que a tardia sindicalização dos colarinhos brancos bem como a posição anti-sindical tomada por eles pode ser explicada pela rejeição *a priori*, pelo preconceito ao sindicalismo, por ser tomado como uma forma de organização tipicamente operária. A não-identificação com o operariado teria levado alguns setores da classe média a relutar em chamar suas associações e guildas de sindicato.⁶ A análise de Lockwood também segue este caminho: por tomarem o sindicalismo como um movimento tipicamente operário, os trabalhadores de classe média teriam relutado tanto em mudar o nome de suas associações para sindicato, quanto a usarem da greve como um instrumento de luta efetiva, o que simbolizaria, para aqueles trabalhadores, uma aproximação com o trabalho manual.⁷

Alguns estudos sobre o movimento sindical dos bancários, no início do século, sugerem a incidência de tal refração no Brasil. Os bancários de São Paulo resistiram, até a década de 30, a chamar a Associação dos Bancários de sindicato. Vale ressaltar que não se tratava simplesmente de um recurso simbólico, mas fundamentalmente da aceitação destas organizações como uma espécie de clube recreativo ou assistencial

⁵ GRYNER, Raquer. *A produção do saber nos setores populares urbanos: um estudo de caso*. 1984. Dissertação (Mestrado) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

⁶ MILLS, C. Wright. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

⁷ LOCKWOOD, David. *El trabajador de la clase media: un estudio sobre la consciencia de clase*. Madrid: Aguilar, 1962.

- e não uma organização de luta.⁸ Groux ao analisar a emergência do sindicalismo de “quadros” (trabalhadores não-manuais como funcionários públicos ou técnicos) na França, na década de 30, conclui que ele nasce em nome da defesa dos interesses corporativos e em oposição às organizações operárias. Mais ainda, as reivindicações dos “quadros” giravam em torno da hierarquia e aposentadoria, não colocando em questão as normas sociais das empresas e da sociedade em geral.⁹ As associações de classe média organizadas entre as décadas de 40 à 60, na cidade do Rio de Janeiro, definiam em seus estatutos o apartidarismo e a ausência de orientações ideológicas mais amplas como princípios.¹⁰

Esta refração ao operariado ocorre também no plano político, estrito senso. Na Suécia, a luta pela social democracia, iniciada na virada do século XX, está estreitamente vinculada ao sindicalismo operário. A adesão obrigatória dos membros da Confederação dos Trabalhadores ao partido talvez explique por que, mesmo na década de 70, a maioria absoluta - 95% dos membros daquela confederação - era constituída de operários e, apenas, 5% de funcionários e de “quadros”.¹¹

Assim nos seus primórdios, o sindicalismo de classe média caracterizou-se pela segregação não só das organizações operárias, mas das formas de luta política tradicionalmente desenvolvidas por elas. Baixo índice de sindicalização, rejeição à organização em centrais sindicais e partidos operários e a recusa da greve como forma de luta são práticas que caracterizaram a gênese do sindicalismo de classe média, em contraste com a organização operária. Boito interpreta a reincidência desta rejeição, em função dos trabalhadores não-manuais conceberem o sindicalismo como um recurso dos incapazes, isto é, daqueles trabalhadores que tinham de compensar, com o uso da força, a ausência de dons e de méritos, e o trabalho simples e degradado que executavam. Até a segunda metade do século XX, a ideologia

⁸ CANEDO, Leticia Bicalho. *O sindicalismo bancário em São Paulo*. São Paulo: Símbolo, 1978.

⁹ GROUX, Guy. Le syndicalisme et la Politique. In: *Les cadres*. Paris: La Découverte, 1983. p. 85-101.

¹⁰ BOSCHI, Renato. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ; São Paulo: Vértice, 1987.

¹¹ MARTINET, Gilles. Le “modèle” suédois. In: *Sept syndicalismes*. Paris: Seuil, 1979. p. 73-91.

da meritocracia teria produzido *um efeito de isolamento particular*: conservar isolados, fragmentados e atomizados os trabalhadores não-manuais, pois a adesão ao sindicalismo significaria reconhecer o rebaixamento salarial e social.¹² Segundo nossa análise, tal comportamento constituiria uma manifestação aberta da ideologia da meritocracia. Ela impediria que os trabalhadores não-manuais se organizassem coletivamente.

Não obstante a origem do sindicalismo de classe média caracterizar-se pela resistência à organização e luta típicas dos trabalhadores manuais, poderíamos perguntar: esta tem sido a tônica nos dias atuais?

Esta situação só foi se modificar na segunda metade do século XX quando o sindicalismo de classe média toma amplitude, ou seja, ocorre um significativo incremento no número de sindicalizados e de greves. Além disso, os movimentos sociais característicos dos assalariados não-manuais tornaram-se visíveis na cena política, dado o significado de sua participação em escala mundial. A partir da década de 80, nos Estados de Bem-Estar das democracias europeias, Suécia, Dinamarca, Alemanha Ocidental, França, o movimento sindical dos funcionários públicos ganhou nova expressão, visto que ele constitui um dos principais focos de pressão e resistência contra os ataques neoliberais e as tentativas de desmontagem das políticas sociais implantadas por aqueles governos.¹³

Na França, em 1969, a porcentagem de “quadros” sindicalizados totalizava 4,3%; já em 1981 cerca de 25% deles estavam sindicalizados.¹⁴ No Brasil o fenômeno é idêntico em vários segmentos como engenheiros, professores, bancários, médicos e funcionários públicos.¹⁵

À exceção dos bancários, é na conjuntura de crise do regime militar, mais precisamente no fim da década de 70, que o sindicalismo de classe média toma fôlego no Brasil: há um

¹² BOITO JUNIOR, Armando. Classe média e sindicalismo: uma nota teórica. In: CONGRESSO NACIONAL DOS SOCIOLOGOS, 9., 1992, São Paulo.

¹³ KING, Desmond. O estado e as estruturas sociais de Bem-Estar em democracias industriais avançadas. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.22, p. 53-73, jul. 1988.

¹⁴ GROUX, Guy, *op. cit.*, p. 85-101.

¹⁵ NORONHA, Eduardo. Relações trabalhistas. In: *Brasil 1987: relatório sobre a situação social do país*. Campinas: Núcleo de Estudos em Políticas Públicas, Unicamp, 1988.

razoável crescimento no número de sindicalizados em vários setores cuja tradição era fraca ou inexistente. O processo de organização dos segmentos médios é acompanhado por uma onda grevista, especialmente evidente no setor da saúde, ensino público e privado, bem como dos bancários. De acordo com Bonelli, a classe média, na crise do milagre econômico brasileiro, passa a orientar-se politicamente de forma diferenciada, reformulando inclusive sua forma de associação, o que explicaria o significativo incremento de greves dos assalariados médios. Para alcançar os mesmos padrões de consumo e de vida, em parte reduzidos pela recessão, a classe média teria redefinido as estratégias de vida e de ascensão social, pautadas agora em uma nova identidade social.¹⁶ Caso exemplar são os funcionários públicos que em 1987 excedem em número de greves e de jornadas não-trabalhadas as greves operárias.¹⁷

O rebaixamento salarial, a degradação das condições de trabalho, de moradia, de vida de uma forma geral, a ineficácia das credenciais educacionais e as dificuldades do mercado de trabalho são fatores - sobredeterminados naquela conjuntura de crise - que contribuíram para a inserção ou renovação de alguns setores médios na luta sindical.

O movimento sindical brasileiro, que havia experimentado um intenso ativismo na década de 80, vive hoje um refluxo. Este refluxo não se deve somente à reestruturação produtiva e suas conseqüências - desemprego, precarização das condições de trabalho - para o trabalhador brasileiro. Mas deve-se também à crise político-ideológica pela qual passa o próprio movimento sindical e os movimentos operário e socialista em escala internacional, retraídos pela hegemonia neoliberal. Apesar deste refluxo, o sindicalismo constitui um dos movimentos sociais organizados mais consistentes, cuja vitalidade se expressa nas lutas de resistência que algumas categorias vêm fazendo diante da política neoliberal.

O intenso ativismo grevista e reivindicatório observado, especialmente a partir de 1978 até o início dos anos 90 no Brasil,

¹⁶ BONELLI, Maria da Glória. *A classe média do "milagre" à recessão*. São Paulo: Idesp, 1989. v. 4.

¹⁷ NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO JUNIOR, Armando. (Org.). *O sindicalismo brasileiros nos anos 80*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 93-135.

não deve entretanto ocultar o fato de que vários segmentos de trabalhadores continuaram à margem do sindicalismo, ou tomaram-no como um órgão assistencial e previdenciário. Este é o caso dos comerciários.

A análise histórica demonstra que a incorporação de trabalhadores não-manuais ao sindicalismo está longe de ser idêntica e nem a classe média pode ser tomada como um bloco homogêneo.¹⁸ O estudo de Roberto Grun, por exemplo, retrata a resistência de advogados e administradores de empresa à organização sindical.¹⁹ No caso dos comerciários teria havido uma renovação e integração com o movimento sindical geral?

Neste artigo, procuro mostrar que os comerciários no Brasil e, particularmente, o Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo, mantiveram uma tradição de resistência à renovação e à integração sindical. As direções daquele sindicato fomentaram uma prática sindical restrita ao assistencialismo com uma forte tendência ao conservadorismo político. No caso da integração com o movimento sindical mais geral, ela aconteceu sob o crivo das centrais sindicais pelegas e conservadoras.

Como, então, têm sido a organização e a luta dos comerciários no plano sindical?

O COMPORTAMENTO SINDICAL DOS COMERCÍARIOS

Comerciário faz greve?

Questão curiosa, mas não sem propósito. Frequentemente me vi confrontada por esta pergunta ao longo da pesquisa. A inexistência de trabalhos sobre os comerciários bem como a raríssima prática grevista deste segmento justificam tal interrogação.

Inicialmente, a resposta a esta questão foi negativa, dada a impressão de passividade dos comerciários no plano sindical. Entretanto, a investigação colocou-me frente a um segmento que

¹⁸ SAES, Décio. Classe média e políticas de classe: uma nota teórica. In: *Contraponto*-Centro de Estudos Noel Nutels, Rio de Janeiro, n. 2, p. 96-102, nov. 1977.

¹⁹ GRUN, Roberto. *A revolução dos gerentes brasileiros*. 1990. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

utilizou a greve como um instrumento de luta, apesar da raridade desta prática. Por outro lado, o termo “passivo” não indicava com precisão toda a problemática do sindicalismo comerciário; o termo pressupunha que este segmento não realizava greves, não atuava no movimento intersindical, que era inerte e apático frente às lutas sindicais gerais. Não foi isso, entretanto, o que verificamos.

O sindicalismo comerciário é pouco ativo no plano grevista. Porém, se esta raríssima atividade tem emergido em um setor do comércio – o setor de supermercados, hipermercados e magazines populares – é justamente este o setor ofuscado pelas direções sindicais. Mais ainda, o não ativismo grevista e reivindicatório dos comerciários é uma prática defendida pelas direções e sustentada pela base associativa – e de retaguarda – do sindicato. Por fim, a passividade e o apoliticismo dominante – rejeição aos partidos políticos e centrais sindicais – antes de indicar uma neutralidade, expressa uma orientação de direita, conservadora quanto à luta sindical e segregacionista.

No Brasil, a prática sindical comerciária tem se caracterizado, senão por uma ausência quase absoluta, por uma tímida ação grevista isolada no tempo e no espaço. A tabela dos empregados grevistas do comércio, no Brasil, é revelador: no período 1982-1991, quando o movimento sindical brasileiro ressurgiu como movimento de massa, as greves de comerciários foram raras e circunscritas a lojas específicas.

Tabela 1
Distribuição das greves de comerciário no Brasil (1982-1991)

Ano	1982-3	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	Total
N. de greves	0	1	13	8	7	7	12	15	5	66

Fonte: *Boletim do Dieese*.

A tabela acima mostra que no período de 1982 a 1991 foram realizadas 66 paralisações, enquanto outros segmentos médios, como professores, realizariam, somente no ano de 1986, 64 greves e os funcionários públicos, 68. A maioria das greves de comerciários restringia-se a estabelecimentos isolados (greves por empresa) e duraram pouco, diferentemente daqueles segmentos,

nos quais as paralisações envolviam a categoria e tinham uma média relativamente alta de dias parados.²⁰

O tipo de greve predominante no comércio, a greve por empresa (Tabela 2), dificulta o poder de barganha dos comerciários. Os conflitos deflagrados nos estabelecimentos isolados, particularmente nas médias empresas, mostraram pouca possibilidade de enfrentamento ao capital comercial: das 30 greves por empresa, 14 não tiveram suas reivindicações atendidas (Tabela 2). O êxito na conquista das reivindicações, mesmo nas greves por empresa, parece relacionar-se ao tipo de estabelecimento.

Tabela 2
Resultados das negociações das greves de comerciários por tipo de greve no Brasil (1982-1991)

Tipo de greve	Resultados				Total
	Sim	Não	Impasse	Sem informação	
Greve por empresa	13	4	10	3	30
Greve por grupo de empresa	7	3	6	5	21
Greve de categoria	5	1	8	0	14
Sem informação	-	-	1	-	1
Total	25	8	25	8	66

Fonte: *Boletim do Dieese*.

²⁰ Segundo Noronha, as greves de professores em 1987 duravam em média 13,9 dias e dos médicos 18 dias, enquanto nosso levantamento aponta para os comerciários, no mesmo ano, uma média de 2,9 dias. Naquele ano a média de dias parados dos assalariados não-manuais era de 11,4 dias. A durabilidade das greves relaciona-se, na análise de Noronha, ao poder de barganha dos trabalhadores - o que indicaria a eficácia dos movimentos grevistas dos comerciários na conquista de suas reivindicações.

Na análise das greves destacam-se as paralisações ocorridas em supermercados, hipermercados e em grandes magazines, conforme afirmamos acima. É neste setor do comércio que encontramos um potencial reivindicatório (Tabela 3). Ao agruparmos aqueles estabelecimentos, nos quais há concentração de trabalhadores e as tarefas são não-qualificadas, constata-se que 59% das greves foram ali deflagradas. Se levarmos em conta que as greves gerais de categoria tinham como base de sustentação trabalhadores destes estabelecimentos, chegamos a 82% do total das greves.

Tabela 3
Greves de comerciários no
Brasil (1982-1991) por tipo de estabelecimento

Estabelecimento	Número de greves	%
Supermercado	22	33,3
Hipermercado	2	3,0
Loja	6	9,1
Concessionária de automóvel	5	7,6
Magazine	15	22,7
Geral	15	22,7
Sem informação	1	1,5
Total	66	100,0

Fonte: *Boletim do Dieese*.

Contestamos tal proposição na medida em que, no caso do comércio, a metade das greves foi interrompida ainda que não houvesse um desfecho favorável aos trabalhadores: em 50% das greves os comerciários não tiveram suas reivindicações satisfeitas. O poder de barganha relaciona-se diretamente ao padrão das empresas envolvidas no conflito. Portanto, da mesma forma em que o maior número de greves acontece no setor de supermercados e grandes magazines, foram estes movimentos que tiveram maior êxito na conquista de suas reivindicações, ficando aquelas paralisações das pequenas lojas dependentes dos patrões, dado que o poder de pressão - aliado à política antigrevista do sindicato - é muito pequeno. Ver NORONHA, Eduardo, *Rel. trab., op. cit.*

Outro dado revelador da prática dos comerciários é a relativa ausência das direções sindicais nas paralisações. O levantamento realizado a partir dos boletins do Dieese mostra que 34 paralisações, ou seja, 51,52%, tiveram a participação dos sindicatos de comerciários. Ao contrário, 48,5% das greves é deflagrada sem a presença dos sindicatos.

A rejeição à greve como forma de luta salta aos olhos quando analisamos as campanhas salariais durante o período do dissídio coletivo. Das 66 greves detonadas durante o período estudado, somente seis aconteceram durante as negociações da data-base – momento em que a luta pela conquista de reivindicações torna-se mais consistente. Destas, somente dois tiveram suas reivindicações aceitas. As direções sindicais, por outro lado, utilizaram-se de um artifício comum do sindicalismo brasileiro: assumir as greves organizadas pela oposição após o início do movimento.²¹ Este é o caso da greve dos comerciários de Belo Horizonte, realizada em 1979, e que fora organizada sem o sindicato. A diretoria é obrigada a participar das negociações em um momento em que o movimento já havia sido organizado e deflagrado. Conforme relato de um dos participantes da greve: *o pelego era empurrado pela barriga a participar da greve.*²² Assim, o sindicalismo comerciário manteve uma militante prática antigrevista.

²¹ Este recurso foi bastante utilizado pelos pelegos durante a crise do regime militar. A partir do final de 1978, as oposições forçavam os pelegos a assumir a direção do movimento, posto que eram estes que tinham a legalidade da negociação. Estas direções poderiam, assim, boicotar, por dentro, o movimento. Ver BOITO JUNIOR, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: Ed. da Unicamp; São Paulo: Hucitec, 1991.

²² Entrevista com o comerciário mineiro José Antônio Lacerda, realizada em julho de 1990, sobre a participação do sindicato de Belo Horizonte na greve de 1979. Em entrevista realizada com o Presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Belo Horizonte, em julho de 1990, Paulo Pinto afirmava ser contra aquela greve e que o sindicato teria tentado bloquear o movimento. Quanto notou que o movimento sairia, independentemente do sindicato oficial: “o sindicato soltou também um boletim chamando [os comerciários] para formar fileira junto com o sindicato e que não fizesse movimento paredista sem a presença do sindicato, pois o sindicato é o único órgão que poderia representá-los oficialmente perante o poder (...) e tentar negociar com a greve”.

Um movimento grevista, a despeito das inúmeras formas que assume, tem uma característica invariante: implica em um tipo de conflito entre capital e trabalho *que rompe a relação funcional habitual entre patrão e empregado, com o objetivo de terem atendidas as reivindicações não satisfeitas.*²³ As greves podem ser um instrumento de educação política como defendem Lênin e Rosa Luxemburgo, ou assumir um caráter lúdico como analisa Blass.²⁴ De qualquer forma, elas manifestam uma luta curta ou longa, consciente ou não, contra uma situação de opressão. A orientação grevista, entretanto, que permeia o sindicalismo comerciário apresenta uma particularidade: a visão de que as greves devem manifestar uma luta pacífica e civilizada. Mais precisamente, greves de confronto são práticas incompatíveis na visão daqueles dirigentes sindicais.

A greve geral de 12 de dezembro de 1986, articulada pelas centrais sindicais CUT e CGT, contra o Plano Cruzado 2, contou, excepcionalmente, com a adesão da União Sindical Independente – USI, da Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo e do Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo. No boletim distribuído pela USI nas ruas de São Paulo – onde a adesão ao movimento havia sido pouco significativa – os limites da paralisação eram previamente traçados: a paralisação seria cívica e pacífica.²⁵ Como então os comerciários lutam politicamente?

Os comerciários têm usado de práticas sindicais “pacíficas”, como campanhas nos jornais do sindicato, batalhas jurídicas, cartas e pressão aos membros do executivo e atos religiosos. Neste último caso, cito a manifestação dos comerciários, ocorrida no final de maio de 1999, contra o fechamento de três grandes magazines e a conseqüente ameaça de desemprego, quando cerca de 500 comerciários reuniram-se no centro de São Paulo para orar pelo emprego e pedir a liberação de um empréstimo para salvar a rede Mappin da falência. Prática esta muito diferente da dos trabalhadores metalúrgicos de São

²³ CASTRO, P. *Greve: fatos e significados*. São Paulo: Global, 1986. p. 13.

²⁴ BLASS, Leila. *Estamos em greve! Imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários*. São Paulo: Hucitec: Sindicato dos Bancários de São Paulo, 1992.

²⁵ NORONHA, Eduardo, *Rel. trab., op. cit.*

Paulo, e também filiados à Força Sindical, que realizaram uma greve, no início de agosto de 1999, de protesto contra a ameaça de fechamento da fábrica da FORD no bairro do Ipiranga.²⁶

A filiação dos comerciários às centrais sindicais reflete também uma orientação anti-reivindicatória e antigrevista. Os dados do IBGE atestam a existência de 195 sindicatos de comerciários em todo o Brasil na década de 80. Destes, em 1988, 32 eram filiados à CUT: 16,41%. A inexistência de dados acerca da filiação dos demais sindicatos às centrais sindicais - CGT e USI - permite conclusões apenas aproximadas. Durante a realização do II Conclat, em 1986, é criada a Central Geral dos Trabalhadores. Dos sindicatos que apoiavam a CGT, 33 eram de comerciários - o que representava 17% do total. Entretanto, sendo a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e a Federação dos Empregados no Comércio de São Paulo filiadas à USI, é possível traçar um perfil aproximado: os 66,6% restantes dividir-se-iam entre a filiação à USI e a não-filiação a qualquer central.²⁷

A USI, central criada em 1985, de orientação anticomunista, pregava um sindicalismo apolítico e independente. Em sua Carta de Princípios, defendia um sindicalismo autêntico, independente dos partidos políticos e de ideologias.²⁸ Apesar destes princípios, a USI é criada como um contraponto às centrais sindicais já existentes, CGTs e CUT - como uma opção sindical à direita. Este contraponto não se coloca somente na luta ideológica, entre a USI, de orientação anticomunista, e as centrais que tinham

²⁶ Enquanto algumas das lojas das redes Mappin, Mesbla e Lojas Brasileiras estavam fechando suas portas e demitindo, os metalúrgicos de São Paulo - unidos aos metalúrgicos de São Bernardo - conseguiram um acordo que condicionava os incentivos fiscais do governo federal, para a construção da Fábrica da FORD na Bahia, à manutenção de outras unidades no país.

²⁷ A USI foi fundada em setembro de 1985, na sede da Federação dos Empregados no Comércio de São Paulo. Seu Presidente foi Antônio Pereira Magaldi, então presidente daquela Federação. Segundo dados do IBGE, o Estado de São Paulo possuía, na década de 80, 34 sindicatos de comerciários. Sobre a influência da USI no setor do comércio ver RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 123.

²⁸ O primeiro Congresso Nacional da União Sindical Independente ocorreu entre os dias 14 e 16 de setembro de 1989, na Praia Grande, em São Paulo.

uma orientação reformista ou socialista, mas também na prática sindical. Mais precisamente entre aquelas centrais que organizam a luta reivindicatória versus *uma entidade intersindical voltada exclusivamente para a coordenação, representação e defesa dos trabalhadores brasileiros*.²⁹ Os objetivos da USI eram *combater a politização e o crescimento das lutas sindicais e impedir a organização nos locais de trabalho*; além disso, pretendiam desenvolver um sindicalismo assistencialista, e de submissão aos interesses patronais bem como se colocar como a expressão das forças políticas de direita.³⁰

Assim, não nos parece improcedente assinalar que a maioria dos sindicatos de comerciários (66%), que se dividiam entre a USI e a não filiação a qualquer central, mantém uma característica comum: o apoliticismo e a rejeição à prática reivindicatória.

Tabela 4
Número de sindicatos de comerciários filiados
às centrais sindicais no Brasil (1988)

Centrais sindicais	N. de filiados	%
CUT	32	16,5
CGT	33	17,0
USI e não filiados	140	66,5
Total	195	100,0

Fonte: Anuário Estatístico [do] IBGE.

A partir desta tabela, podemos afirmar que o sindicalismo comerciário apresenta um perfil de direita, quanto à filiação intersindical, na medida em que predominam sindicatos que

²⁹ Ver CONGRESSO NACIONAL DA USI, 1., 1989, S. I., p. 5. Mimeografado.

³⁰ COSTA, Silvio. *Tendências e centrais sindicais*. São Paulo: Anita Garibaldi; Goiânia: Ed. da Universidade Católica de Goiás, 1995.

rejeitam a luta política partidária e defendem *a solução pacífica dos conflitos entre empregados e empregadores, através de negociações diretas, em diálogo direto e franco, com objetivo de se preservar a paz social.*³¹

Mais do que uma orientação “liberal de centro”, conforme proclamava a própria USI, o sindicalismo comerciário visava à conservação da sociedade capitalista e da estrutura sindical oficial. Tentava, por outro lado, impedir o avanço dos movimentos populares dentro do sindicalismo cutista e na política mais geral, ao apoiar, por exemplo, a candidatura de Fernando Collor à presidência da República em 1989.³²

Dentro da luta sindical encontramos uma variedade de práticas que caracterizam as centrais sindicais em uma conjuntura específica. De forma geral, pode-se dizer que, na década de 80, apesar da CGT defender em primeiro lugar a negociação e só depois a greve como recurso na negociação dos conflitos, este procedimento fora, em alguns momentos, utilizado. O contraste entre CUT e CGT dar-se-ia em outras questões. Como afirma Leôncio Rodrigues a respeito da CGT durante o Segundo Conclat: *(...) duas diferenças significativas com relação à CUT devem ser mencionadas: o repúdio expresso, de parte da CGT, à Convenção 87 da OIT e a ausência de qualquer menção à realização de uma greve geral.*³³ No caso da USI, a defesa de uma prática passiva é, segundo nossa análise, a característica que fundamenta um posicionamento à direita desta central no plano sindical - em contraste com a mobilização de categorias e acordos isolados por empresa, práticas adotadas pela CGT, e, ainda, com a realização de greves gerais (CUT).

Esta mesma característica - apoliticismo e rejeição à prática reivindicatória - permanece durante a década de 90. Desde 1991, o Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo é filiado à Força Sindical - que aglutinou inúmeros sindicatos das CGTs e de tradição direitista da USI. Suas principais lideranças fazem parte da diretoria daquela central que congrega, diferentemente

³¹ CONGRESSO NACIONAL DA USI, 1., 1989, S. I., p. 9. Mimeografado.

³² RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

³³ RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JUNIOR, Armando. (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 35.

da USI, além de sindicatos de carimbo, sindicatos que constituem importante base de apoio à política neoliberal. Quando a Força Sindical surgiu, em oposição à CUT, com uma proposta de recrudescimento do sindicalismo de resultados, as suas principais lideranças já vinham assumindo um comportamento que coincidia com os interesses do neoliberalismo. É reveladora a prática de Medeiros durante o processo constituinte de 1988. Já naquela conjuntura, a natureza da prática política do sindicalismo de resultados se expressava: articulados ao bloco parlamentar do Centrão, Medeiros e Magri apoiam *as medidas mais conservadoras como o não às quarenta horas semanais, o não à estabilidade no emprego e o sim a medidas de flexibilização das relações entre capital e trabalho*.³⁴ Capitaneada pelos sindicatos dos metalúrgicos, dos comerciários e dos trabalhadores na indústria de alimentos, todos de São Paulo, a nova Central distinguir-se-á, no campo sindical, das outras existentes – particularmente da CUT.³⁵ Carro chefe da ideologia neoliberal, dentro do movimento sindical, essa Central defende a livre concorrência e a *parceria entre trabalhadores e capital*, concebendo os sindicatos como instrumentos de venda da mão-de-obra “pelo preço mais alto possível”.

A discussão feita até aqui permite algumas conclusões sobre a natureza grevista e política dos comerciários: primeiramente, a utilização da greve como uma forma de luta é rechaçada e, como vimos em alguns casos, boicotada. As correntes que orientam o sindicalismo comerciário bem como a raríssima prática grevista da última década demonstram-no. Por outro lado, foi a partir de 1985 que as greves desta categoria eclodiram com maior volume no país e tiveram nos super e hipermercados o setor de maior potencialidade reivindicatória.

Em segundo lugar, a tendência majoritária dentro do sindicalismo comerciário foi a identificação com as orientações

³⁴ GIANNOTTI, Vito. *Medeiros visto de perto*. São Paulo: Brasil Urgente, 1994. p. 55.

³⁵ A Força Sindical surge como uma central de oposição à CUT e aos trabalhadores organizados e reivindicativos. Sua prática “de guerra” contra a CUT não deixou de permitir que em alguns momentos estas centrais negociassem conjuntamente ou fizessem greves. De qualquer modo, a hipótese de Giannotti, para quem a Força Sindical nasceu para combater a CUT, é pertinente, pois é no campo do adversário (da negociação com a burguesia e do neoliberalismo) que ela irá se definir e expandir.

da USI conjugada ao apoliticismo. Vale dizer, que a vinculação do SEC de São Paulo à USI (e atualmente à Força Sindical) expressa, no plano sindical, um posicionamento de direita, na medida em que ambos defendem aberta e invariavelmente um sindicalismo de não enfrentamento com os governos nem com o capital comercial.

O CONTRASTE ENTRE COMERCIÁRIOS E BANCÁRIOS

Diferentemente daqueles segmentos de classe média que se inseriram no movimento sindical mais geral e renovaram suas direções, os sindicatos de comerciários não se reformaram nem se integraram à luta reivindicatória.³⁶

A política dos comerciários de São Paulo na conjuntura 1961-1964 contrasta frontalmente com a dos bancários. Além de desenvolverem uma campanha anticomunista, os comerciários de São Paulo proclamam seu apoio à política implementada pelos governos militares. Vejamos.

Durante o 2º Encontro Interestadual do Sindicato Democrático, em 1962, o Presidente da Federação dos Comerciários de São Paulo, Antônio Magaldi, manifesta sua posição contra *as campanhas esquerdistas no meio sindical (...) favorecendo as campanhas comunistas com intuitos eleitoreiros*.³⁷

Em uma das fases mais críticas do regime militar, como o biênio 1964-1965 e 1969 – ano de recrudescimento do regime – o sindicato expressa-se politicamente através *de campanhas anticomunistas e de campanhas moralizantes*.

³⁶ Cito os exemplos dos bancários de São Paulo e do Rio de Janeiro e dos engenheiros e médicos do Rio Grande do Sul. Entretanto, mesmo quando críticos do capitalismo e apoiando soluções aparentemente próximas ao socialismo, os setores médios não abandonam a idéia de divisão do trabalho e, conseqüentemente, negam a socialização dos meios de produção e a igualização sócio-econômica. Ver o trabalho de LARANGEIRA, Sônia. *Classes médias e movimento sindical: o caso dos profissionais de nível superior no Rio Grande do Sul. São Paulo em Perspectiva*-Fundação Seade, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 64-71, jan./mar. 1991.

³⁷ A posição de Magaldi encontra-se no jornal *Voz Comerciária*, periódico do Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo, publicado em agosto de 1962.

Os trechos abaixo, transcritos do jornal *Voz Comerciária*, exemplificam a orientação dominante do Sindicato de Comerciários de São Paulo:

*Apesar do peleguismo, que sempre se fez presente em largos setores do sindicalismo brasileiro, a verdade é que o movimento classista no Brasil é dos mais importantes do mundo, notadamente, no que se refere a números. Na cortina de ferro não há sindicalismo autêntico.*³⁸

*É preciso trabalharmos hoje mais do que ontem, porque agora temos um governo que merece e oferece garantias para que se processe a luta sindical no seu verdadeiro sentido; afastado um governo que não oferecia segurança e banidas as ideologias esquerdistas no meio sindical. Vamos limpar o sindicalismo da nossa Pátria, tirando (...) os vendidos às ideologias não condizentes com os sentimentos do povo brasileiro.*³⁹

Ora, no momento em que inúmeros sindicatos eram desmantelados pelos interventores, os comerciários militavam contra o comunismo, defendiam abertamente a intervenção dos governos militares nos sindicatos e aceitavam a supremacia econômico-ideológica dos Estados Unidos. Se a ação do SEC São Paulo se delineia, entre 1930 e 1964, como a expressão menos dinâmica e mais conservadora do sindicalismo da classe média, o Sindicato dos Bancários de São Paulo se define, ao contrário, como a sua verdadeira vanguarda, tanto no plano reivindicatório, como no plano político.⁴⁰

O contraste entre comerciários e bancários de São Paulo não é específico desta conjuntura; ele tem persistido no tempo. Da década de 30 até 1978, ano que marca o início de um ativismo grevista e de crítica ao regime militar de amplos setores operários e médios, somente bancários e comerciários – enquanto segmentos de classe média – tomam a arena sindical como campo de luta política. A criação do sindicato oficial, antes de constituir

³⁸ *Voz Comerciária*, São Paulo, nov. 1963.

³⁹ Este editorial é assinado por Antônio Magaldi, presidente da Federação dos Comerciários de São Paulo. *Voz Comerciária*, julho de 1964. Grifos meus.

⁴⁰ SAES, Décio. Classe média e política no Brasil: 1930-1964. In: BORIS, Fausto. (Org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, 1981. v. 3, p. 478.

um impulso à participação política, tal qual ocorrera aos bancários, levou os comerciários a uma invariante prática assistencialista.

A direção sindical bancária de São Paulo permaneceu sob orientação comunista de 1934 a 1964, dado singular na história do sindicalismo brasileiro. O intenso ativismo dos bancários pode ser percebido nas conjunturas de crise de 1945-1946 e 1961-1964, nas quais seu sindicato participara ativamente dos movimentos populares e de massa. Na conjuntura 1961-1964 os bancários realizam quatro greves nacionais que combinavam reivindicações salariais e sociais. Durante o 8º Congresso Nacional dos Bancários realizado em 1963, defendiam a *democratização do sistema decisório, participação dos assalariados nas instituições e organizações da sociedade, formação de lideranças sindicais e influência dos sindicatos sobre as condições de trabalho e remuneração*.⁴¹ Assim, elevada capacidade de reivindicação, politização das ações reivindicatórias e engajamento na luta pelas reformas sociais são características do sindicalismo bancário até 1964.

A estrutura anti-pelega dos bancários só seria desmantelada com o golpe militar de 1964, quando o Estado intervém em vários sindicatos bancários, na Confederação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito - Contec e na Federação do Estado de São Paulo. Em 1965, o sindicato da capital paulista seria reconquistado pelos comunistas, mas acabaria isolado nas suas reivindicações e lutas.

No bojo das lutas sociais aglutinadas em torno da legislação salarial e sindical, os bancários realizam manifestações grevistas em 1978 e 1979 e, neste último ano, a oposição sindical sai vitoriosa. A luta pela renovação sindical iniciar-se-ia no ano de 1975 com a campanha Renovar Homens e Idéias que denunciava o autoritarismo, a burocratização do trabalho nos bancos e a Justiça do Trabalho. A Chapa 1, da situação, acabaria ganhando as eleições dada a sua penetração nos grandes colégios eleitorais. Em 1979, a situação da oposição é distinta pois questionam os índices de rotatividade mas, fundamentalmente, criticam a prática da direção sindical nas campanhas salariais e na greve de 1978. Assim, nas eleições de 1979, a oposição bancária,

⁴¹ CANEDO, Letícia. *Bancários: movimento sindical e participação política*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1986. p. 161-162.

identificada com o projeto político das chamadas oposições sindicais, desenvolve uma prática próxima ao “novo sindicalismo”⁴², sai vitoriosa.

A inserção dos bancários na CUT é, na década de 90, bastante expressiva. Segundo Rodrigues,⁴³ quatro dos cinco maiores e principais sindicatos de bancários do país são cutistas. Apesar de perfazerem somente 22% dos filiados daquela central, representam 56% dos trabalhadores, ou seja, aproximadamente 450 mil bancários.

Ao contrário dos bancários, os comerciários têm resistido à organização político-reivindicatória e segregado os movimentos operários e de outros setores da classe média. Entre 1930 e 1940, surgem no Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo algumas lideranças sindicais de cunho popular preocupadas com a autonomia sindical. Um exemplo citado por Saes é o comerciário Paulo Sesti que em 1933 fundaria a Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo, *organismo intersindical de orientação autonomista e aderente (...) ao programa político da Aliança Nacional Libertadora*.⁴⁴ Mas a regra tem sido outra.

Desde sua fundação, em 1934, até a década de 80, o Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo luta contra a pluralidade sindical, mesmo depois que a lei prescreve, em 1939, o sindicato único por categoria. Em 1952, o sindicato encabeçaria uma campanha contra o retorno da pluralidade sindical, debatida no Congresso e defendida pela UDN e PSB. Já em 1988 - ano em que a Federação de São Paulo estava filiado à USI - esta central mobilizar-se-ia para vetar a ratificação da Convenção 87 da OIT, aprovada pela Câmara dos Deputados em 1984, e conseqüentemente contra o pluralismo sindical.

Outra prática do Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo é o apoliticismo. A leitura que Saes realiza acerca desta característica é exemplar: se de um lado os comerciários defendem a independência do sindicalismo das orientações políticas e partidárias e restringem sua luta às reivindicações profissionais, ele, por outro lado, oculta o reiterado apoio que presta aos sucessivos governos do período 1930-1964. O apoio

⁴² BLASS, Leila. *op. cit.*, p. 73.

⁴³ RODRIGUES, Leôncio M. *CUT, op. cit.*

⁴⁴ SAES, Décio. *Clas. méd. e pol. no Br., op. cit.*, p. 475.

aos governos não é entretanto incondicional: *essa orientação governista só é posta em questão pelo Sindicato, quando o governo parece encampar o programa de reformas, e se dispõe a fazer concessões reais às classes populares.*⁴⁵

A função desta orientação governista e apolítica é a despolitização da categoria. Retomemos o exemplo da tradicional reivindicação dos comerciários: a luta pela manutenção da jornada de trabalho. O Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo realizou, segundo nosso levantamento, freqüentes campanhas contra a extensão da jornada de trabalho no comércio de São Paulo, durante o período de 1962 a 1999. No ano de 1962, o sindicato realiza uma campanha pela diminuição da jornada de trabalho: pela extinção do trabalho aos sábados. Entretanto, a partir de 1964 e até o final da década de 80, lutam pela manutenção da jornada de trabalho com as campanhas Nunca aos Domingos e Contra o Horário Noturno. Durante a década de 90, a bandeira Nunca aos Domingos permanece na agenda do sindicato, mas como resistência ao fato consumado da abertura do comércio aos domingos. Além da extensão da jornada aos domingos, houve uma extensão do horário de abertura do comércio semanal em alguns supermercados e nas chamadas “lojas de conveniência” que permanecem abertas 24 horas.

As campanhas contra a extensão da jornada de trabalho não são, entretanto, organizadas junto com a categoria. Trata-se de campanhas veiculadas na imprensa e de pressão sobre políticos e membros do governo, pedindo apoio contra os projetos que pretendiam a alteração/liberação do horário de funcionamento do comércio e da jornada de trabalho. Assim esta prática dos comerciários têm duas características: primeiro, mantém as reivindicações restritas à profissão e, em segundo lugar, tais campanhas sustentam a luta legalista e anti-organizatória desenvolvida pelos sindicatos. Em ambos os casos ela cumpre uma função de despolitização e desorganização dos comerciários, respectivamente, ao desenvolver uma luta reivindicatória despolitizada no conteúdo – ao se limitar a aspectos específicos e

⁴⁵ *Ibid.*, p. 476.

parciais do trabalho no comércio – fragmentadora e deslocada do potencial de luta da categoria.⁴⁶

Se em décadas passadas a luta pela valorização da profissão de comerciário pode ser sentida de perto a partir de campanhas reivindicatórias pela regulamentação e cumprimento da lei de férias, pela jornada de 8 horas, pelo repouso aos sábados e sucessivos recursos contra o trabalho noturno, até o início da década de 90 assistiu-se à luta de alguns sindicatos contra a abertura do comércio aos domingos. Na conjuntura atual, os comerciários de São Paulo vêm participando de alguns movimentos de protesto contra o crescente desemprego, contra o não pagamento das horas-extras e a flexibilização tanto do horário de abertura do comércio quanto da jornada de trabalho.

Como explicar este contraste entre comerciários e bancários? Os comerciários teriam melhores condições salariais e de trabalho que justificasse este perfil menos combativo e reivindicatório?

Não é este o caso. Os comerciários enfrentam no cotidiano do seu trabalho inúmeros problemas com as condições de trabalho, super-exploração da força de trabalho e desrespeito à legislação trabalhista. A observação que realizamos em um grande magazine da cidade de Campinas e a análise das principais reivindicações das greves de comerciários e das entrevistas que fizemos denotam uma situação de trabalho particularmente problemática.⁴⁷

Um dos problemas mais comuns enfrentados pelos comerciários são as tentativas de extensão da jornada de trabalho – a flexibilização da jornada. Durante a observação que realizamos, notamos que a gerência e as chefias procuravam estender o horário de funcionamento das lojas ao máximo, contando com isso com a colaboração de alguns comerciários novatos, iludidos

⁴⁶ São, de toda forma, absolutamente diferentes das campanhas que a CUT tem desenvolvido em relação à jornada de trabalho. Ao propor a diminuição da jornada de trabalho, o objetivo é duplo: assegurar melhorias trabalhistas para os trabalhadores mas, principalmente, tentar minorar o atual quadro de desemprego no país.

⁴⁷ Para realização desta pesquisa empreguei-me, no período natalino, em um grande magazine da cidade de Campinas, onde pude fazer uma observação da situação de trabalho dos comerciários, bem como realizar uma série de entrevistas.

com as promessas de promoção e dos comerciários mais antigos – a despeito da proibição por lei e da probabilidade das lojas serem multadas.⁴⁸ Uma bandeira de luta, menos evidente no quadro das reivindicações dos sindicatos de comerciários, porém defendida pela própria base, é a questão do sábado meio-dia, ou seja, a luta pelo fechamento do comércio aos sábados ao meio-dia.⁴⁹

Outro problema enfrentado pelos comerciários, e menos denunciado pelos sindicatos, são as irregularidades trabalhistas e o caixa dois. As irregularidades da carteira de trabalho variam quanto à função declarada e à forma de pagamento. Os comerciários empregados nos pequenos e médios estabelecimentos são freqüentemente comissionados. Porém, com muita ocorrência, a porcentagem da comissão declarada é inferior à recebida.⁵⁰ A precarização do trabalho no comércio, em função das irregularidades trabalhistas e tributárias, é tradicional no Brasil. No entanto, com o aumento da recessão e do desemprego – fruto da política neoliberal dominante na década de 90 – aumenta ainda mais a precarização. Em 1998, 41,2% da PEA realizava trabalho precário – cerca de 31,5 milhões de trabalhadores. A maioria estava no comércio.

A reincidência destes problemas no cotidiano do trabalho dos comerciários somados aos problemas salariais, insalubridade, entre outros, colocariam uma questão: por que os comerciários, mesmo vivenciando, no cotidiano do seu trabalho, problemas

⁴⁸ A partir de 1990, a abertura excepcional do comércio aos domingos passa a ser facultativa, mas condicionada a acordos prévios com os sindicatos. Nos últimos anos, na prática o comércio tem sido aberto à revelia de acordos prévios. Ver jornal *Voz Comerciária*, São Paulo, v. 2, n. 22, ago. 1998.

⁴⁹ Conforme entrevista com Luiz Antônio, membro da direção do Sindicato dos Empregados no Comércio de Vitória, e filiado à CUT: *Nós temos bandeiras de luta que, isso é a nível nacional, é a questão do sábado meio-dia. A categoria quer fechar, ela quer fechar.* Entrevista realizada durante o 5º Concut, em São Paulo, setembro de 1991.

⁵⁰ O Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo, juntamente com o Ministro do Trabalho Antônio Brito, lançou em 1993 uma campanha contra o emprego sem carteira assinada. Segundo dados da reportagem, dos 350.000 comerciários da cidade de São Paulo, 40.000 não tem carteira assinada. Valeria destacar, mais uma vez, que tal campanha ocorre na imprensa e junto com membros do governo, sem, todavia se constituir como uma campanha de massa. Reportagem veiculada pelo Telejornal São Paulo Já, em 16 de novembro de 1993.

enfrentados por vários outros segmentos sociais, mantêm uma tradição de rejeição ao ativismo grevista e à integração ao movimento sindical reivindicatório; em uma palavra: por que os comerciários rejeitam a prática sindical reivindicativa?

A NATUREZA DE RETAGUARDA DO SINDICALISMO DOS COMERCÍARIOS

O peleguismo tem sido a explicação mais freqüente. Algumas oposições comerciárias e militantes têm justificado o não ativismo dos comerciários pelo peleguismo. Contudo, se a prática dos pelegos consiste em conter a luta reivindicativa dos trabalhadores, constitui tautologia dizer que os comerciários não realizam luta reivindicatória porque são pelegos. Nossa hipótese é que toda orientação sindical tem representatividade política.

O perfil dominante no sindicalismo comerciário não pode ser explicado pela predominância de diretorias pelegas. A raridade das greves do comércio, a apatia reivindicatória deste segmento, a tendência ao conservadorismo no plano sindical, entre outras práticas, não derivam exclusivamente da orientação da diretoria. O peleguismo não é um imperativo; ao contrário, é uma possibilidade dentro da estrutura sindical e encontra no comércio uma possível base social. Tanto é assim que inúmeros sindicatos, tendo sofrido intervenção durante o regime de ditadura militar e sustentado a hegemonia do peleguismo, foram reconquistados pelos ativistas mais reivindicativos, a partir de 1978.

Além disso, o peleguismo aceita a utilização de greves e mobilizações de categorias ou de greves isoladas, como foi o caso da CGT e é o da Força Sindical. Porém não é este o caso do sindicato dos comerciários. Trata-se de um tipo muito particular de prática pelega, cujo não ativismo é a tônica. Assim, não nos parece procedente explicar este não ativismo pela predominância de diretorias pelegas.

Além da hipótese do peleguismo, a rara bibliografia disponível tem também analisado o não ativismo do sindicalismo comerciário recorrendo ao perfil da categoria: mais precisamente em função do predomínio de mulheres e jovens, do alto índice de rotatividade e da forma salarial.

A atitude refratária à ação sindical dos comerciários brasileiros não é única. Segundo dados da Confédération

Française Démocratique du Travail - CFDT, desde o final do século XIX, que os empregados no comércio organizavam-se em torno da questão do repouso dominical.⁵¹ No curso deste século, os embates têm girado em torno das questões salariais, porém raramente lutam pelo aumento real. Se houve greves, elas foram um recurso tomado por alguns grupos ou núcleos de comerciários, principalmente os caixas. A rotação de pessoal, a velocidade na qual são criados novos supermercados e a predominância de mulheres e de jovens, que não teriam a mesma tradição da luta operária, seriam, para aquela central, os fatores explicativos da fragilidade dos sindicatos de comerciários na França.

O presidente da Federação dos Empregados no comércio de Santa Catarina, Francisco Alano, em uma brochura publicada pela Federação dos Empregados no Comércio deste Estado, também defende a tese da rotatividade como causa da desorganização dos comerciários. À medida que não concebem o trabalho no comércio como profissão mas como um emprego passageiro, não teriam interesse em melhorar sua condição salarial e de trabalho. A rotatividade, aponta o autor, em parte causada por tal concepção, impediria um processo de “politização eficiente” e uma “militância mais esclarecida”. Por outro lado, a mão-de-obra é fundamentalmente formada por menores, mulheres, solteiros e estudantes em geral com “pouca cultura”, quase sempre “subservientes” e espalhados em inúmeros estabelecimentos: *O comerciário torna-se um ser passivo, dócil, frágil organizativamente, não participa das mobilizações sindicais e sociais e alheio às manifestações políticas em geral.*⁵² O comissionamento seria igualmente responsável pela dificuldade de mobilização e conscientização da categoria.

Tanto a CFDT quanto o, então, presidente da Federação de Santa Catarina - quando afirmam que o predomínio de mulheres entre os comerciários explicaria a desmobilização - estão aceitando, ainda que implicitamente, que as mulheres seriam mais passivas do que os homens. Esta é também a posição do presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Belo Horizonte, quando perguntado sobre a dificuldade de mobilização: (...) *uma*

⁵¹ CONFÉDÉRATION FRANÇAISE DÉMOCRATIQUE DU TRAVAIL. *Le tertiaire éclaté: le travail sans modèle*. Paris: Ed. du Seuil, 1980. p. 65-100.

⁵² ALANO, Francisco. [S. l.], [199-], p. 19. Mimeografado.

*das questões é (...) o sexo feminino (...) muita mulher, muita moça trabalha. Elas, às vezes, são mais submissas, precisam do emprego, né? São mais submissas (...).*⁵³

Questionando estas imagens tradicionais sobre o trabalho da mulher, o artigo de Hirata - que trata a questão da divisão sexual do trabalho no quadro das novas tecnologias e da automação - mostra que nos ramos tradicionalmente masculinos, e que hoje estão amplamente automatizados, exigindo mais qualificação, as mulheres continuam sendo excluídas.⁵⁴ Assim, sob o mito do trabalho pesado e dos ramos industriais masculinos, escondem-se as tarefas mais qualificadas e remuneradas. À mulher têm sido legados, na história da divisão social do trabalho, os cargos rotineiros, menos qualificados e, por isso, pior remunerados.

A imagem de passividade da categoria, que é associada a uma maior presença feminina no comércio, pode ser questionada pelos dados relativos à sindicalização e ao emprego no setor. Na cidade de São Paulo, 66% dos comerciários sindicalizados até meados da década de 90 eram homens. Este índice, contrastando a imagem corrente, refletia a distribuição dos comerciários paulistas, segundo o gênero (Tabela 5).

Tabela 5
Comerciários da cidade de São Paulo segundo sexo (1988)

Sexo	Número de comerciários	%
Feminino	179.797	33,0
Masculino	371.337	67,0
Total	551.134	100,0

Fonte: Anuário RAIS, 1988.

Obs.: Neste anuário existiam duas fontes acerca dos empregos no comércio: Setor de Atividade Econômica - comércio e Grande Grupo 4 - trabalhadores no comércio. Entretanto, como o Grande Grupo 4 trata especificamente dos vendedores, optamos pela primeira fonte.

⁵³ Entrevista realizada com Paulo Pinto, então presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Belo Horizonte, em julho de 1990.

⁵⁴ HIRATA, Helena. *O sexo do trabalho*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

Segundo os dados da RAIS, no ano de 1988 havia 960.763 comerciários no estado de São Paulo, sendo que destes, 642.069 eram homens e 318.694 mulheres. Portanto, tanto no estado quanto na cidade de São Paulo os homens eram praticamente o dobro das mulheres. Esta tendência também se verifica nos outros estados do Brasil, onde em nenhuma região as mulheres compõem a maioria da mão-de-obra (Tabela 6).

Tabela 6
Comerciários segundo gênero por regiões no Brasil (1988)

Região	Homens	Mulheres	Total
Brasil	1.979.373	1.000.606	2.976.979
Sudeste	1.142.176	556.205	1.708.381
Norte	59.964	30.923	90.887
Nordeste	237.174	137.709	410.883
Sul	375.087	213.810	588.897
Centro-oeste	125.972	51.959	177.931

Fonte: Anuário RAIS, 1988.

Obs.: considere as observações da tabela anterior.

Assim, a afirmação segundo a qual a mão-de-obra feminina tem predominado no comércio é incorreta. Ainda que este dado se verificasse, parece-nos errôneo conceber o gênero como uma categoria explicativa dos comportamentos sociais. Gitahy mostra que nos últimos anos as operárias têm levado a efeito algumas lutas específicas como a equivalência salarial e funcional com os homens. As autoras também polemizam com a visão segundo a qual as mulheres seriam mais dóceis e relacionam a baixa sindicalização das mulheres, mesmo naqueles ramos operários tidos como tradicionalmente femininos, à não incorporação de

suas reivindicações nas pautas finais de negociação.⁵⁵ Portanto, antes que passividade trata-se de refração ao modelo de sindicalismo e à natureza de suas reivindicações.

Contrariando também a hipótese de que a mão-de-obra comerciária seria composta em sua maioria por jovens - os quais veriam o comércio como um meio passageiro de sobrevivência, um "bico", e não uma profissão - nosso levantamento revela que 49% dos sócios, em São Paulo, são maiores de 36 anos e somente 15% compreendem a faixa etária até 25 anos. Os menores de 18 anos correspondiam, em nosso levantamento, a 6%. (Tabela 7).

A hipótese mais comum presente na bibliografia refere-se à forma de remuneração. Medeiros aponta que a rotatividade constitui um dos principais problemas da categoria. No entanto, não seria um elemento em si desmobilizador, senão um efeito da forma de remuneração. O comissionamento traria inúmeros obstáculos à segurança no emprego, elevando ainda mais a rotatividade da categoria. Ora, afirma a autora, não é então de se estranhar que o comércio possua uma das taxas de rotatividade mais altas entre as macro ocupações. Segundo Medeiros, a consequência imediata desta forma salarial é que a vendedora pensa mais individualmente do que coletivamente. As comissões, segundo a autora, apesar de aumentarem os rendimentos dos empregados constituiriam um fator de desagregação da categoria. *No afã de ganhar o máximo possível, as vendedoras desenvolvem uma intensa competição entre elas, disputando os clientes para obterem um maior "salário" no final do mês.*⁵⁶

⁵⁵ GITAHY, Leda *et al.* Operárias: sindicalização e reivindicações (1970-1980). *Revista de Cultura e Política-Cedec*, São Paulo, 1982.

⁵⁶ MEDEIROS, Maria Celeste Miranda de, *op. cit.*, p. 244.

Tabela 7
Comerciários sindicalizados de São Paulo (1991) por gênero segundo a faixa etária (em %)

Idade	Comerciários		
	Homens	Mulheres	Total
Menor de 18 anos	2,0	4,0	6,0
Entre 19 e 25 anos	2,0	6,0	8,0
Entre 26 e 35 anos	26,0	11,0	37,0
Mais de 36 anos	30,0	19,0	49,0

Fonte: Questionário aplicado em São Paulo em 1991.

A forma de salário por tarefa – comissionamento – tal como qualquer forma salarial oculta a natureza da troca que se estabelece entre capital e trabalho. Todavia, o comissionamento, à medida que reforça a rivalidade entre os trabalhadores, induziria ao isolamento e à idéia, segundo a qual, com o esforço pessoal e individual o salário pode melhorar. Este efeito de isolamento particular – crença no esforço pessoal – estreitaria, por exemplo, as relações pessoais entre os comerciários e gerência, e, por outro lado, favoreceria os tradicionais recursos utilizados pelo capital na exploração dos trabalhadores. No caso dos comerciários é sintomático que as lutas e reivindicações tenham permanentemente como fim a regulamentação da jornada de trabalho e o cumprimento das questões trabalhistas – horas-extras e descanso semanal. Ainda que sujeito a verificações posteriores, acreditamos que este retardo reivindicatório e político seja em grande parte proveniente desta forma salarial. Por outro lado, o fato do salário mensal depender do esforço individual e da intensidade do trabalho de cada comerciário facilitaria em grande medida, tal como Marx assinala em *O Capital*, tanto os descontos

e fraudes salariais quanto as demissões.⁵⁷ O comissionamento é entretanto um dos elementos que compõem a situação de trabalho dos comerciários, sendo necessário considerar o seu peso em relação ao conjunto da situação de trabalho.

A hipótese da rotatividade, sugerida pela bibliografia, merece também uma reflexão cuidadosa. O antiprofissionalismo dos comerciários, ou seja, a visão que de o comércio é apenas um meio de vida e não uma profissão, elevaria ainda mais a rotatividade da categoria, dificultando a organização duradoura nos locais de trabalho. Analisando os dados apresentados pelo Núcleo de Estudos em Políticas Públicas - NEPP sobre as taxas de rotatividade no biênio 1985-1986, observa-se que em 1986, a rotatividade entre os comerciários contrasta com os operários da construção civil: 4,88 para os comerciários e 9,44 para a construção civil (Tabela 8). A construção civil talvez não seja o melhor exemplo de contraste com os comerciários, na medida em que constitui o setor de maior rotatividade absoluta. Não obstante, como sugere o estudo de Noronha⁵⁸ a construção civil foi, do final da década de 70 até meados dos anos 80, um dos segmentos sociais mais combativos, dado o número de greves que realizaram.

⁵⁷ MARX, Karl. Salário por peça. In: _____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. l. 1. v. 2.

⁵⁸ NORONHA, Eduardo. A expl. das gr., *op. cit.*, p. 93-135.

Tabela 8
Taxas de rotatividade por segmento social no Brasil
(1985-1986)

Segmento social	Taxa de rotatividade	
	1985	1986
Construção civil	7,78	9,44
Comércio	3,96	4,88
Indústria da transformação	2,93	3,96
Administração Pública	0,23	0,26

Fonte: Anuário RAIS, 1988.

Porém, ao compararmos os trabalhadores da indústria aos comerciários, notamos que ambos possuem uma taxa de rotatividade próxima: para o ano de 1986, 3,96 e 4,88 respectivamente (Tabela 8). Apesar de tal proximidade, o contraste entre o comportamento sindical destes dois segmentos sociais é notório.

Noronha compara o padrão de greves do setor público e privado nos anos 80, distinguindo-as quanto à durabilidade dos conflitos. Para este autor, a estabilidade no emprego, característica do funcionalismo público, poderia ser tomada como um dos fatores que explicaria a durabilidade das greves deste setor no Brasil. Se a partir de 1985 os conflitos tendem a estender-se no setor público, no setor industrial tenderiam ao *one-day-strike*.⁵⁹ Desmond King, ao estudar a expansão do fenômeno sindical e o aumento de greves do funcionalismo público nas democracias sociais europeias, atesta a resistência sindical deste setor ao neoliberalismo. A natureza das relações de emprego no setor público e privado são muito diferentes. Os princípios de

⁵⁹ Idem.

mercado, definidores da intercambialidade da força de trabalho, incidiriam sobre a configuração dos conflitos trabalhistas.⁶⁰

Finalmente, valeria citar o trabalho de Boltanski sobre os “quadros” franceses e as diferentes orientações presentes no sindicalismo. Para Boltanski, a estabilidade no emprego incidiria tanto na sindicalização quanto no posicionamento ideológico – à direita ou à esquerda – da classe média.⁶¹ No Brasil, por exemplo, os bancários foram pioneiros, entre os segmentos de classe média, ao tomarem o sindicalismo como uma prática reivindicativa e grevista. Lembremos que até a instituição do FGTS, a demissão sem justa causa, para os trabalhadores com 10 anos ou mais de tempo de serviço na empresa, era ilegal. No final da década de 70 e durante o curso dos anos 80, são as categorias profissionais do setor público, como professores, funcionários públicos da saúde – incluindo os médicos – e o servidores em geral que redimensionam o sindicalismo de classe média.

Assim, se a estabilidade no emprego pode ser um indicador do fracionamento, ou seja da heterogeneidade de comportamentos sindicais no interior dos setores médios, isso não nos autoriza a pensar a rotatividade como o fator desorganizador da ação coletiva. Parece-nos que rotatividade e estabilidade constituem efeitos da conjuntura econômica combinados às características dos trabalhadores e das empresas. Segundo Macedo, a rotatividade manifesta-se com mais intensidade entre trabalhadores não qualificados, de menor remuneração, bem como nas pequenas empresas, justamente naqueles setores onde se encontram os trabalhadores menos ativos na luta reivindicatória.⁶² A rotatividade não é, certamente, um elemento explicativo, mas pode ser levado em conta na caracterização da situação de trabalho dos segmentos médios.

Se o gênero, a idade, o peleguismo e a rotatividade são hipóteses refutáveis, como explicar o não ativismo sindical dos comerciários?

⁶⁰ KING, Desmond, *op. cit.*, p. 53-73.

⁶¹ BOLTANSKI, Luc. *Les cadres*. Paris: Minuit, 1982.

⁶² MACEDO, Roberto Brás. *FGTS e a rotatividade*. São Paulo: Nobel; Brasília: Mtb, 1985. Ver também: BOITO JUNIOR, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: Ed. da Unicamp; São Paulo: Hucitec, 1991.

SITUAÇÃO DE TRABALHO DOMINANTE NO
COMÉRCIO: ISOLAMENTO E ILUSÃO DO
TRABALHADOR AUTÔNOMO

Lockwood pergunta-se, em seu estudo sobre os trabalhadores de classe média: *por qué los oficinistas de una determinada actividade están sindicados hasta casi el punto de saturación, mientras que en otra tan solo está organizado el 10 por 100 del total de posibles miembros?*⁶³

A situação de trabalho dos assalariados não-manuais determina e condiciona a sua prática sindical. Dependendo das variáveis que envolvem o trabalho destes assalariados – tamanho das empresas, maior ou menor “autonomia” e poder de decisão no trabalho, grau de escolaridade, forma de remuneração, maior ou menor estabilidade no emprego, burocratização do trabalho ou predomínio de relações pessoais, etc – o seu comportamento sindical assume formas diferenciadas.

Há alguns elementos ou atitudes sindicais básicas que permitem uma caracterização da heterogeneidade da classe média. Por exemplo: a mudança de nome e de função de uma associação, quando se transforma em sindicato; a aceitação ou a rejeição da greve como uma forma de luta; a incorporação dos sindicatos nas lutas sociais e mais gerais dos assalariados manuais; o posicionamento nas greves gerais; e o posicionamento político das lideranças sindicais; tais atitudes sindicais básicas dependem, segundo nossa hipótese, da situação de trabalho dos assalariados não-manuais.

A despeito da basculagem sindical dos setores médios, há limites que os unificam. Este limite seria a luta pela manutenção da separação entre trabalho manual e trabalho não-manual. Tal basculagem vai da rejeição ao sindicalismo à prática meritocrática – um sindicalismo marcado pela busca dos méritos da profissão e da superioridade salarial. A rejeição ao trabalho manual pode ser observada de várias formas: no caso daqueles setores aderentes ao sindicalismo, ela se manifesta pela luta corporativa, pela defesa da hierarquia salarial geralmente evidenciada com referência negativa às demais categorias, ou pela defesa dos méritos salariais em decorrência dos méritos da

⁶³ LOCKWOOD, David, *op. cit.*, p. 136.

profissão, pela omissão nas lutas sociais dos trabalhadores manuais ou até mesmo, como é o caso dos comerciários, pela inserção estritamente nominal ao sindicalismo.

Um observador mais atento pode indagar: mas se hoje a greve e a luta reivindicatória já não são mais recursos tipicamente operários, por que os comerciários continuam resistentes ao sindicalismo reivindicatório?

A situação de trabalho dos comerciários é complexa e heterogênea. Na situação de trabalho dominante, os comerciários encontram-se isolados espacialmente, ou seja, divididos em inúmeros pequenos estabelecimentos e mantêm com o patrão e com os clientes uma relação pessoal. Esta situação de trabalho também cria, nos comerciários, uma ilusão de trabalhador autônomo e induz ao individualismo, dificultando, senão impedindo, a criação de laços de solidariedade e a organização sindical reivindicatória.

Os comerciários, dada a proximidade cotidiana com o patrão, bem como a autonomia relativa que usufruem no trabalho, sentem-se também responsáveis pelo empreendimento comercial. O patrão é concebido como uma espécie de parceiro e ele próprio um sócio sem capital. Tal situação de trabalho dominante no comércio também elucida que a forma de remuneração por comissão e as premiações criam uma competição entre os comerciários, vendedores e gerentes. Esta rivalidade dificulta uma possível solidariedade e luta pelo salário mensal, advinda da condição de assalariamento.⁶⁴

De fato, há uma espécie de deslocamento nas relações de trabalho dominantes no comércio: o patrão é visto como aliado, o cliente como patrão e o colega como rival. Há dificuldades objetivas de identificação coletiva e de se estabelecer o conflito com o patrão. Marx, no livro *Dezoito Brumário*, mostra as dificuldades objetivas de união entre os camponeses. Diz: *o seu modo de produção isola-os uns dos outros, em vez de os levar a um intercâmbio mútuo*.⁶⁵ Os comerciários das pequenas lojas trabalham

⁶⁴ TRÓPIA, Patrícia Vieira. *Classe média, situação de trabalho e comportamento sindical: o caso dos comerciários de São Paulo*. 1994. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas.

⁶⁵ MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. Lisboa: Avante, 1984. p. 126.

isolada e independentemente uns dos outros e a identidade de seus interesses não gera comunidade, senão rivalidade e competição. Mesmo nos grandes magazines e lojas de departamentos, onde há concentração de comerciários, a autonomia, o contato com o público e a forma de remuneração criam esta visão deslocada das relações de trabalho e induzem ao isolamento e ao fetiche do trabalho autônomo.

Se para a maior parte da bibliografia especializada o não ativismo dos comerciários é explicado pelo perfil da categoria, segundo nossa hipótese é essa situação de trabalho dominante que permite tal compreensão. Vale dizer, que o conceito de situação de trabalho não se reduz a um conjunto de variáveis – gênero, faixa etária, nível salarial, rotatividade etc – que comporiam um determinado perfil. Trata-se de analisar qual o efeito da estrutura de trabalho específica de uma parte do comércio nas relações de trabalho e a forma como estas relações de trabalho são concebidas por estes assalariados não-manuais. Os elementos da situação de trabalho induzem os comerciários, segundo nossa hipótese, a um comportamento anti-sindical.

Enfim, na situação de trabalho no Comércio – e base do SEC de São Paulo – domina a forma de salário por comissão, o contato direto com o público, a autonomia para a venda, a exigência de qualificações pessoais para o trabalho, pequenos e médios estabelecimentos e a relação pessoal com o patrão. O predomínio, no comércio, de um trabalho concebido como autônomo, pessoal e não-padronizado reduziu o comportamento sindical dos comerciários de São Paulo à passividade. O isolamento nas lojas, o controle direto dos proprietários e o fetiche do trabalho autônomo criam dificuldades objetivas de solidariedade. Ao conceber sua relação de trabalho como uma relação entre parceiros, o seu trabalho como autônomo e seu salário como fruto de esforço e do talento pessoal, os comerciários não criam identidade coletiva e solidariedade, mas vivem a concorrência e a competição. Isolados no trabalho e sob efeito do individualismo burguês, vêm na greve não uma forma de luta coletiva, mas – estigmatizando-a – um recurso dos incapazes.

RETAIL WORKERS TRADE UNIONISM: BACKWARNESS AND POLITICAL CONSERVATISM

ABSTRACT

This article focus on the trade unionism behavior of retail workers. Considering the rarity of strikes in this social sector, the research aims at understanding the political nature of unionism in the retail sector as a form of middle class trade unionism. The contrast with bank workers unions shows how varied middle class behavior can be. Retail workers in São Paulo have conservative attitudes, are opposed to strikes, are not engaged in party politics and support conservative trade unions. The dominant work situation in the retail sector explains this behavior. Isolated in their workplace, under severe control by employers and deceived by the independent work fetish, workers do not have the chance to create objective ties of solidarity.

KEYWORDS

Commercial employees; Unionism; Middle class; Work situation



NICACIO, Plínio. Arrastão no centro da capital para a greve geral. Maceió, AL, 20 ago. 1987. (AEL, Fundo Voz da Unidade, fot. VU/SIN 000523, P. 18)